

A Atual Caça às Bruxas no Brasil: Fabiane Maria de Jesus, Ângela Diniz, Mariana Ferrer e suas Presenças Digitais¹

Isabela de Souza VILELA²

Felipe Viero Kolinski Machado MENDONÇA³

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

Resumo: O seguinte artigo analisa a atual caça às mulheres a partir da análise dos casos de violência cometidos contra Ângela Diniz (1976) e Mariana Ferrer (2018). A partir das características conceituais, sociais e históricas associadas ao termo “bruxa”, proposta pela teórica feminista Silvia Federici, discute-se como o alastramento do feminicídio e dos abusos físico e psicológicos perpetrados contra mulheres atualmente agem de modo semelhante à caça às bruxas do século XVI. Acionados os conceitos, analisa-se a perseguição, violência, julgamento e apagamento identitário das vítimas nos meios digitais, de acordo com Rosa Maria Bueno Fisher e o dispositivo pedagógico da mídia e as reflexões acerca das identidades, de Tomaz Tadeu da Silva.

Palavras-chave: caça às bruxas; identidade; mídia digital; violência contra a mulher.

1. Introdução

A construção do ideal de bruxa, antes mesmo de encontrar as definições semânticas, se mescla às narrativas midiáticas que se impõe desde nossa infância, sejam elas nos filmes de princesas, peças teatrais, desenhos animados ou livros de alfabetização infantil. Ali, essas mulheres são retratadas a partir da avançada idade marcada por rugas, coluna enviesada, grande nariz, imensas unhas afiadas, além das reclamações constantes, táticas de sedução de homens e crianças, domínio na fabricação de poções mágicas e venenos. Construídas e consumidas de modo a serem temidas ou menosprezadas, essas personagens são, na imensa maioria dos casos, retratadas sob um viés de gênero, classe e etariedade, que estimulam e estipulam quais mulheres serão ou não aceitas no meio social. Paralelamente a esta construção, a violência perpetrada

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 4º semestre do Curso de Jornalismo do ICSA-UFOP. e-mail: isabela.vilela@aluno.ufop.edu.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP. e-mail: felipe.machado@ufop.edu.br

contra elas é também normalizada: às mulheres bruxas dos enredos infantis são frequentemente mortas (ainda que não se mostre literalmente essa morte), marginalizadas ou encarceradas (KOLINSKI MACHADO; SILVA, 2021).

Não à toa se dá esta construção. Segundo Silvia Federici, filósofa e ativista da causa feminista e autora dos livros “Calibã e a Bruxa” (2017) e “Mulheres e caça às bruxas” (2019), o seio da construção narrativa da bruxa má, que nos acompanha desde a primeira idade, possui enlaces palpáveis com a história da bruxaria disseminada sob o viés machista e sistemático da história da humanidade. Nos mais de 50 anos de estudos, a teórica italiana pesquisou o cerne da caça às bruxas na Europa, epicentro da Inquisição iniciada no século XVI, traçando alguns paralelos à caça nos países colonizados da África e América Latina. As ditas bruxas, perseguidas, mortas e queimadas vivas, encontram-se sob um ponto comum: o movimento de autonomia feminina frente às investidas do então novo sistema socioeconômico capitalista imposto. Além da temporalidade comum em que se inserem, essas mulheres viveram sob semelhanças que envolvem elementos históricos, geográficos, econômicos e sexuais.

Em solo latino, a caça às bruxas também se faz presente, ainda que de modo menos explícito. No Brasil, por exemplo, apesar das poucas informações, reunidas a partir de estudos recentes, sabe-se que em regiões como Piauí, São Paulo, Pará e Paraná, a perseguição a esse grupo de mulheres aconteceu ainda no período colonial, quando, como discute a professora e coordenadora do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo, da UFSC, Sônia Weidner Maluf em entrevista ao Nexo Jornal,

[...] a Inquisição se instalou mediante comissários, emissários e visitantes outorgados pelo Tribunal do Santo Ofício, especialmente perseguindo mulheres. Ao longo de quase 300 anos, pessoas foram denunciadas no território colonial e depois eram levadas para Portugal, onde eram julgadas, condenadas, punidas e queimadas. (SAYURI, *on-line*)

A perseguição de mulheres com base na sua classe social, posto de poder, sexualidade ou mesmo por falsas acusações de crimes, não ficam retidas a relatos da Idade Média europeia ou ao período colonial na África e América. A partir das últimas décadas do século XIX, o Brasil vê, com o pioneirismo da escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), a reivindicação do papel social feminino, bem como a autonomia de seu corpo e sua mente, através dos movimentos feministas. No decorrer das décadas, apesar dos consideráveis avanços, houve também crescentes relatos de violência contra a mulher, que, apesar de não

serem denominados como tal, agem de forma semelhante à caça às bruxas. Há perseguição, acusação e julgamento daquelas que rompem com os ideais do *status quo*, assim como a condenação dessas mulheres, social e juridicamente, atentando-se contra sua reputação, além de terem seus preceitos questionados e colocados em debate.

Na era da revolução digital, essa condenação é perpetuada. Sites, redes sociais e algoritmos revisitam indefinidamente as acusações, os julgamentos morais e as violências físicas e simbólicas, compõem “com raras exceções, mais do mesmo corte estatístico das violências genericamente praticadas, com o apagamento das dinâmicas que as promovem” (CARVALHO; CHAGAS; COELHO; PRATES, 2020, p.120). Mas, antes mesmo da ocorrência destes fatos, os próprios meios são responsáveis por ditar, regular e questionar o ser mulher. Impõe-se o modo de vestir, de expressar a sexualidade, de formar uma família ou de se guiar profissionalmente. Como um dispositivo de vigilância, ancorado no quase obrigatório compartilhamento das ações cotidianas, as plataformas digitais educam ao mesmo tempo que moldam as identidades, de modo que nada saia dos pré-estabelecidos papéis. Quando porventura isso acontece, o mesmo dispositivo é responsável por incitar, afirmar e prolongar o julgamento contra essas pessoas, em especial, às mulheres. Em suma, enquanto dispositivo pedagógico, como descrito por Rosa Fisher, “torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia se constituem também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas” (FISCHER, 2012, p.153).

2. Bruxas modernas: o papel da mídia na formação da mulher e na perpetuação da fogueira simbólica

Como discutido, a imagem das bruxas na sociedade moderna passa pelas representações midiáticas a que somos inseridos desde pequenos. Devemos temê-las, persegui-las, retirá-las do convívio social devido ao seu mau caráter e postura antissocial. Essas mulheres, ocuparam, desde meados do século XVI (para alguns historiadores, século XV), o lugar social daquelas que, como discutido pela pesquisadora brasileira Carolina Rocha e Silva em “O sabá e o sertão”, “cometiam infanticídio, dançavam nuas e mantinhas relações sexuais entre si e com os demônios, íncubos e súcubos. Em dado momento, também reproduziam a cerimônia da

Eucaristia, zombando do ato sagrado” (ROCHA, 2013, p.40). Ligadas a questões ritualísticas, milhares de mulheres foram queimadas nas fogueiras da Inquisição pelo *maleficium*, qualidade inata concebida desde o nascimento, que agia de forma voluntária ou não, dando-as o poder da magia, do enfeitiçamento e da maldade por natureza. Por essa razão, eram julgadas e mortas sem, na ampla maioria das vezes, apresentação de provas de suas ações, bastando uma queixa de um vizinho para serem acusadas de bruxaria. Foi desta maneira que, segundo pesquisadores, as mulheres formavam o escopo de 85% de todas as pessoas mortas sob a acusação de bruxaria durante a Idade Média, em números que variam de 100 mil a milhões de execuções (MURARO, 2004).

Com o passar do século, a figura da bruxa se afasta do âmbito místico e abarca os princípios heréticos do cristianismo de adoração ao diabo. Resistindo ao confinamento forçado ao ambiente privado e às imposições sobre seus corpos, essas mulheres passaram, agora, a serem condenadas por fatores que iam desde a homossexualidade, o rompimento com a ideia de família nuclear, a escolha de serem solteiras, a ocupação de espaços públicos, se apossarem da velhice, entre outros diversos fatores. Foram acusadas de bruxaria, como apresenta Federici,

[...] as parteiras, as que organizavam protestos contra o preço dos grãos, as que conheciam a cura pelas ervas, as que não aceitavam a escravização ou o intenso processo de pauperização, as que continuavam a exercer sua sexualidade como bem entendessem. Milhares de mulheres, centenas de milhares, foram torturadas, presas ou queimadas em praça pública (FEDERICI, 2019, p.10).

De modo semelhante aos séculos que se desprenderam da caça às bruxas, a produção de diferenças entre mulheres e mulheres bruxas foi fator decisivo para a modulação das identidades que se encaixavam, ou não, às determinações do Estado moderno. As ondas feministas do século XX, tentaram libertá-las das amarras “invisíveis” que ainda são reféns e as impedem de expressar - profissional, sexual, psicologicamente - como às mulheres que desejam ser. Em tempos de expansão dos meios comunicativos, o bombardeamento de representações e modelos a serem consumidos, idealizados e seguidos, o papel feminino tem, mais do que nunca, mecanismos para sua imposição. O processo identitário, construído a partir de “intersecções de diferentes componentes, de discursos políticos, culturais e históricos”, como discutido por Tomaz Tadeu da Silva (2000), é, agora, mediado pelas plataformas digitais.

Assim como discutido por Silva sobre os sistemas classificatórios que formam a identidade dos sujeitos, Rosa Fisher debate que a através da produção de imagens e suas significações, estes sistemas agem como dispositivos educadores que determinam, ainda que indiretamente, os modos dos sujeitos de se portarem e viverem em determinada cultura. Desse modo, através dos dispositivos pedagógicos da mídia, atualmente, baseados nos formatos televisivos, cinematográficos, musicais e digitais, aprende-se como se portar, quem ser, o que pensar, como agir,

trata-se bem mais de um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. (FISCHER, 2012, p.153)

Pensando especificamente nos meios digitais, o nome e a vida dos mais diversos sujeitos sociais são associados a páginas que contam com informações desde seu nascimento até sua morte. Na primeira página do buscador mais utilizado no Brasil, com 85% de participação⁴, o Google, muito se pode supor daquele ali citado. Em poucos segundos, é possível, supostamente, formular quem era/é alguém, como age, quais seus gostos, por onde andou, etc. A falta de aprofundamento nos assuntos, é guiada pela própria interface, que já na primeira página - das milhares ali presentes - dá a falsa sensação de completude de conhecimento, que associada aos algoritmos, sugerem otimizar a relevância das informações, além do próprio gosto do usuário, como descrito pelo próprio buscador:

Os resultados de pesquisa refletem conteúdos e opiniões que já estão publicados na Web, em alguns casos eles podem apresentar informações tendenciosas, atitudes e práticas sociais negativas ou materiais ofensivos. Se o texto da sua consulta de pesquisa tiver uma correspondência alta com o texto usado em um site mais controverso, você poderá vê-lo em seus resultados. (GOOGLE, *on-line*)

Contudo, na era informacional, tais referências podem ser, também, utilizadas como elementos probatórios ou mesmo como fonte de informações para julgamentos de caráter e moral de outrem. Com a atemporalidade inserida no meio, a facilidade de se criar mentiras e o alto fluxo

⁴ Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/07/com-85-de-participacao-google-e-o-buscador-mais-usado-no-brasil.html>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

de informações, as plataformas digitais se tornam ferramentas perfeitas para a perpetuação de falsas acusações, de descaracterização de indivíduos, de suposições e mentiras.

A dos usuários em irem além da primeira página de pesquisa do Google (segundo o próprio buscador, 75% dos usuários ficam retidos na página 1⁵), também intensifica esse processo. Segundo o professor de Comunicação digital Luli Radfaher, em entrevista ao Datacracia, programa da rádio USP, as próprias empresas de comunicação encontram brechas para que se utilizem ferramentas que os coloquem como prioridade, através de técnicas de otimização de sites através do uso de palavras-chave no título, por exemplo. Outro elemento importante a ser percebido no consumo de informações na internet, é a análise de uma das 10 principais páginas de pesquisa no Brasil, a Wikipédia, onde um compilado de informações é encontrado em uma única página que, muitas vezes, é a única fonte de pesquisa para muitos. Conforme o próprio site,

A Wikipédia é um projeto de enciclopédia colaborativa, universal e multilíngue estabelecido na internet sob o princípio wiki. Tem como propósito fornecer um conteúdo livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar. [...] Todos podem publicar conteúdo on-line desde que criem uma conta e sigam as regras básicas estabelecidas pela comunidade, como, por exemplo, a verificabilidade da informação ou notoriedade do tema. (WIKIPÉDIA, *on-line*).

É através dessas plataformas e algoritmos que a violência de gênero pode, também, ser expressa. Aliados ao fazer jornalístico ainda baseado em manuais de redação misóginos, manchetes que depreciam, apagam ou marginalizam mulheres ganham ampla visibilidade na primeira página do Google, ou mesmo nos perfis construídos no site Wikipédia. O mecanismo em que se baseiam tais processos no meio digital são facilmente explicados, já que, apesar de serem ferramentas programadas a partir de inteligência artificial, são feitas por seres humanos, como explica Silvana Bahia, coordenadora do Olabi, em entrevista à Revista AZMina. Além disso, como destaca a mesma matéria, numerosos algoritmos são formulados a partir de “ações tomadas pelos usuários. É o *machine learning* (aprendizado de máquina), em que a tecnologia usa o comportamento de quem a usa para acertar mais nas próximas ações”. (BERTHO, *on-line*). Todos estes mecanismos, quando utilizados a partir da exposição de vítimas e violências,

⁵ De acordo com “8 SEO stats that are hard to ignore”, ImForza. Disponível em <https://www.imforza.com/blog/8-seo-stats-that-are-hard-to-ignore/>. Acesso em 10 de ago. 2021.

reafirmam brutalidades. Além disso, reúnem em um só lugar, o local da violação, do julgamento e da condenação que, apesar de serem feitas em poucos minutos, são feitas por milhares de pessoas e ficam presentes ali indefinidamente.

É o que se percebe ao realizar determinadas buscas a partir de palavras ou termos-chave. Em pesquisas no Google, quando acionados os termos “mulher morta por bruxaria no Brasil”⁶, o resultado global nos dá a dimensão da falta de compreensão do termo. Dos 10 resultados obtidos na primeira página do buscador (de um total de cerca de 167.000 resultados totais), 7 são referentes ao caso Fabiane Maria de Jesus, morta após linchamento feito por cerca de 100 vizinhos, no Guarujá (SP), após a disseminação de um boato de ter sequestrado uma criança para um ritual de bruxaria. Dos outros 3 resultados, um trata da história da bruxaria no Brasil, um sobre uma mulher assassinada por 3 homens, intitulado “Mulher é morta em ritual de magia negra em Natal (RN)”⁷ de 2013 e outro sobre um caso de acusação de bruxaria na Índia (“Acusada de bruxaria, mulher é assassinada com seus quatro filhos na Índia”⁸) de 2019.

O caso de Fabiane de Jesus e seu alto peso ao ser atrelado ao termo “bruxa” nos dá um apanhado histórico da percepção do termo. As sete reportagens possuem um lapso temporal de 2014, ano em que Fabiane foi assassinada, a 2020, ano em que a família teve negada a indenização pedida ao *Facebook*, principal plataforma em que foram veiculadas as *fake news*. Em um destes resultados, o nome de Fabiane é lincado a página Wikipédia, sob o título “Linchamento de Fabiane Maria de Jesus”⁹. Contando com um retrato, dados básicos pessoais e outros acerca das circunstâncias de sua morte, um dos principais links de pesquisa, coloca seu nome em um posto de segundo lugar na frase, continuado indefinidamente a ação/causa de sua morte, que coloca o ato de linchar no gerúndio.

⁶ Disponível em <https://www.google.com/search?q=mulher+morta+por+bruxaria+no+Brasil&oq=mulher+morta+por+bruxaria+no+Brasil&aqs=chrome.69i59.5369j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

⁷ Disponível em <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta/videos/mulher-e-morta-em-ritual-de-magia-negra-em-natal-rn-20102018>. Acesso em 09 de ago. de 2021

⁸ Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/30/acusada-de-bruxaria-mulher-e-assassinada-com-seus-quatro-filhos-na-india.ghtml>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

⁹ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Linchamento_de_Fabiane_Maria_de_Jesus Acesso em 09 de ago. de 2021.

Outro fator de apagamento e marginalização da vítima se dá a partir da análise da primeira matéria atrelada à busca. Intitulada “Mulher morta após boato em rede social é enterrada em Guarujá, SP”¹⁰, publicada no portal G1 em 06/05/2014, a notícia nem sequer identifica Fabiane pelo seu nome. Nem mesmo na linha fina (“Mulher foi morta após página postar boato sobre sequestro e bruxaria. Novo vídeo, divulgado nesta terça, mostra mulher sendo interrogada”), ocorre sua identificação. Ao contrário, Fabiane é resumida a causa de sua morte, bem como é vinculada, novamente, às falsas acusações que a causaram. É somente no corpo do texto, após uma fotografia, que a mulher é identificada, ainda que sobre o passivismo de seu enterro. Seu rosto é conhecido somente nos cartazes segurados por familiares em uma foto que compõe a matéria, e seu corpo é representado a partir de outra, do seu caixão sendo carregado.

3. Uma busca pela presença de Ângela Diniz e Mariana Ferrer no ambiente digital

Apesar de ser um dos poucos casos midiaticizados sob o termo “bruxa” ou “bruxaria”, milhares de outras mulheres são também vítimas de violência, quando acionamos o conceito vinculado aos valores do ser mulher na sociedade patriarcal ou acionando os dados do Atlas da Violência que apontou uma mulher sendo assassinada a cada duas horas no Brasil, somando 4.519 vítimas em 2018¹¹. Muitas das que compõem as estatísticas, se mostraram desertoras do sistema, assim como as bruxas da Idade Média. São mulheres que assumiram seu papel comunal, sua liberdade sexual, sua posição econômica e de poder, bem como assumiram o protagonismo de sua própria vida, em meio a uma sociedade patriarcal e heterossexual, dentre as inúmeras outras denominações de cunho excludente, que as impõe como devem viver e serem vistas pública e privadamente. É o caso de Ângela Diniz e Mariana Ferrer, vítimas da perseguição e do julgamento público, tanto social quanto jurídico, altamente midiaticizado, e perpetuado pelas plataformas digitais.

¹⁰ Disponível em <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

¹¹ Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432. Acesso em 09 de ago. de 2021.

Ao buscar o nome de Ângela Diniz - nascida em 1944, em Belo Horizonte, mãe de Milton, Luiz Felipe e Cristina Villas Boas, conhecida por sua autonomia por estar entre os nomes mais apreciados (e desejados) do país, que se envolvia sexualmente com nomes do alto escalão social, que se tornou divorciada em uma época e uma cidade conservadoras, por participar de festas da burguesia brasileira - na plataforma Google (em 14 de abril de 2021), encontra-o majoritariamente, associado ao nome daquele que, por infelicidade, haveria de ser seu marido e assassino. Dos 6.310.000 resultados obtidos pela busca, os links vinculados a primeira página são compostos por: 4 vídeos que aparecem no topo da página, (trazendo ou fazendo menção ao nome de Doca Street, seu assassino) e 8 matérias/sites, no qual cinco citam, ou exclusivamente o nome do assassino ou trazem o nome de Ângela posterior ao dele. De forma secundária, e a partir de uma perspectiva passiva, ela é apenas o sujeito que recebe a ação de seu assassino, que ganha protagonismo nas manchetes.

Dentre os resultados, o primeiro link (pós vídeos) data de 19 de dezembro de 2020, no site do jornal Extra, sob o título “No dia do crime, Doca Street e Ângela Diniz estiveram na praia: veja foto de horas antes da morte da socialite”¹². Além do corpo textual, a matéria conta com uma foto de Ângela com o ainda marido, uma em que ela posa sozinha, uma de uma manifestação em um muro e uma do assassino em companhia dos advogados. Ângela tem, além do nome, sua imagem colocada em segundo lugar ao ser exposta, como primeira imagem apresentada na matéria, ao lado de seu assassino. A única marca identitária se dá pela designação de seu papel social, “*socialite*”, termo muitas vezes cunhado sob forma depreciativa. A mesma palavra aparece também em seu perfil na Wikipédia, “Ângela Diniz”¹³, denominada, logo abaixo, como *socialite*. No corpo do texto há novamente sua marginalização em lugar do nome de seu assassino.

Na mesma página, outro fator nos dá a dimensão do apagamento identitário da presença feminina nas redes, mesmo após a morte. Ao analisarmos as “Pesquisas relacionadas”, o nome de Ângela aparece associado aos seguintes termos de pesquisa, por ordem dos mais buscados: “ângela diniz corpo”, “enterro de ângela diniz”, “ângela diniz morta fotos”, “ângela diniz luiz

¹² Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/no-dia-do-crime-doca-street-angela-diniz-estiveram-na-praia-veja-foto-de-horas-antes-da-morte-da-socialite-24804829.html>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

¹³ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%82ngela_Diniz. Acesso em 09 de ago. de 2021.

felipe vilas boas”, “ângela diniz documentário”, “fotos dos filhos de ângela diniz”, “ângela diniz história” e “praia dos ossos ângela diniz”. A mulher é resumida a sua morte e seu corpo torna-se público, servindo de palco para inúmeros julgamentos, que prolongam a violência contra ela. Outro elemento da página, “As pessoas também perguntam”, temos as expressões mais procuradas relacionada a pesquisa: “Como morreu angela Diniz? ”, “Quem é Doca Street?” e “Onde nasceu Doca Street?”. Destes termos, percebe-se que a vítima cede seu nome ao lugar de aparição do seu assassino, além de um apagamento de sua identidade, que, quando colocada, se dá a partir de sua morte.

Ângela, vítima do tiro de Doca Street em 1976 aos 32 anos, é uma personificação das inúmeras vítimas que, ao viverem sob sua própria autonomia, ao contrário do que prega os preceitos da família nuclear, são perseguidas, condenadas e mortas pela sociedade patriarcal. Ângela é morta em um passeio de férias, resumida à sua morte e associada, indefinidamente pelas mídias sociais, ao nome de seu assassino. Perseguida, julgada socialmente e morta pelo marido, não sob uma fogueira como as bruxas da Idade Média, mas a partir de uma arma que também se utiliza do calor para matar, Ângela é também julgada no pós-morte. Tanto quatro décadas depois pela mídia digital, como mostrado nos resultados das pesquisas, mas também pelo sistema judiciário brasileiro. A defesa do assassino colocou como centro do caso a reputação sexual e moral da vítima, amplamente debatida, inclusive, pela imprensa na época, dando-lhe credibilidade para cometer o crime a partir de questões supostamente emocionais que o moviam. Através do argumento de “crime passionnal motivado contra a honra”, Doca Street é condenado há poucos meses de prisão. Somente no segundo julgamento, 5 anos depois do crime, e com pressão dos movimentos feministas, o assassino foi condenado a 15 anos de prisão, e teve invalidado o argumento de crime passionnal.

No caso de Mariana Ferrer, apesar da não consumação de sua morte, a anulação identitária e a imposição de um outro “eu”, também é explicitada no ambiente digital. Mariana Ferreira Borges, nascida em 1997, modelo e influenciadora digital, filha de Luciane Aparecida Borges, é representada midiaticamente através da violência cometida contra ela, sendo outras informações, além do crime, quase impossíveis de serem encontradas. Mariana trabalhava nas redes sociais, prestando serviços de publicidade para empresas, como o *beach Club Cafe de la Musique*, onde foi drogada e estuprada por um de seus donos, André de Camargo Aranha, em

2018. Ao buscarmos “Mariana Ferrer”, no Google, encontramos aproximadamente 7.700.000 resultados, cuja primeira página é formada por 4 vídeos e 8 sites (em pesquisa feita no dia 14 de abril de 2021). Diferentemente das pesquisas relacionadas a Ângela Diniz, o nome de Mariana Ferrer é protagonista nos títulos das páginas, apesar de apenas um dos resultados, não vincular seu nome aos termos “caso” ou “estupro”.

No primeiro link dos resultados da primeira página, datado de 3 de novembro de 2020, dois anos após o crime, temos “Julgamento de *influencer* Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhado jovem”¹⁴ para o site *The Intercept* Brasil. Além do corpo do texto, a matéria é formada por uma foto do criminoso, um *print* do Twitter da Mariana, uma foto de câmeras de segurança do *Beach Club* e uma foto dos documentos referentes ao Ministério Público. Mariana é, assim como inúmeros outros casos, minimizada aos casos de violências cometidos contra ela e sua profissão. Nas imagens obtidas a partir das câmeras, Mariana aparece de costas, a caminho do local onde seria violentada. O conjunto de fotos e o título que enfatiza a profissão e a visibilidade da vítima, traçam um panorama temporal do abuso sofrido, ao mesmo tempo que a descaracteriza, tornando-a mais uma vítima, cuja profissão traz luz ao caso, não o caso em si.

Na mesma página, as pesquisas relacionadas, apuradas ainda no dia 14, tem como resultados “andré de camargo aranha” (o agressor sexual), “mari ferrer” e “mari ferrer vídeo”. Mais uma vez, o nome da vítima cede lugar ao do agressor, apesar de figurar 66% das pesquisas. Já no perfil feito sob seu nome no site Wikipédia, “Caso Mariana Ferrer”¹⁵, ela é novamente atrelada à sua violência, se tornando um caso, no lugar de uma pessoa. A despersonalização de Mariana acontece de forma sistemática, sendo ela ouvida e vista apenas a partir de sua profissão, do local do abuso, da plataforma utilizada, dos documentos do inquérito. Vista e representada, assim como as bruxas do século XVI, a partir de elementos trazidos à tona para que ela seja vista como um exemplo ou, como nos termos postos, um “caso”.

¹⁴ Disponível em <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

¹⁵ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Mariana_Ferrer. Acesso em 09 de ago. de 2021.

Ainda que seja necessário expor os agressores, nomeá-los, debater sobre os crimes cometidos, expor os acontecimentos, a preservação identitária da vítima deve transcender as informações colocadas. Como colocado pela socióloga e consultora da ONU Mulheres no Brasil, Wânia Pasinato, em entrevista ao Dossiê Femicídio,

Deve-se preservar a privacidade, ter respeito pela intimidade, não explorar fatos da vida íntima, principalmente da vida sexual, do comportamento sexual dessa vítima. Para ‘vender’ o caso, o que se faz na verdade é violar a memória da vítima e dos seus familiares, e isso não contribui em nada para que se tenha uma resposta judicial à altura e a contento para esse crime. (DOSSIÊ FEMINICÍDIO, *online*)

Em tempos de alta exposição midiática, em que matérias, fotografias e vídeos tornam-se atemporais, o respeito à memória (como a de Ângela) e da vida (como a de Mariana), devem ser respeitados e cultuados. Lembrar dessas mulheres enquanto mulheres, e não apenas vítimas, é torná-las símbolos de um grupo que continua a ser perseguido, julgado e condenado por um Estado, personificado por ditos cidadãos que incorporam seus preceitos misóginos. Mais do que isso, é devolvê-las à humanidade perdida pela objetificação tanto cometidas pelos agressores, quanto por aqueles que deveriam protegê-las, como a sociedade, o Judiciário e a própria mídia.

4. CONCLUSÃO

Com a continuidade histórica do termo bruxa associado aos estigmas do ser mulher em uma sociedade patriarcal, percebe-se que hoje, mais do que nunca, mecanismos para o controle e a imposição do ser mulher se expandem à medida que os meios e formatos de comunicação evoluem. Mais do que isso, estes mesmos meios servem de palco para a representação do modelo a ser seguido, bem como para a exposição daquelas que ousaram expressar sua autonomia. No Brasil, as marcas da colonização e da imposição de uma cultura identitária baseada nos moldes europeus, como aponta Federici (2019) em seus estudos, trouxe também os modelos de feminilidade a serem conquistados. Apesar das poucas mulheres documentadas oficialmente como bruxas, como descreve a pesquisa de Muraro (2004), muitas foram, e são, aquelas intituladas, perseguidas e julgadas como tais.

Nos casos analisados de Ângela Diniz e Mariana Ferrer, duas, das milhares de figuras femininas que, infelizmente, poderiam servir de exemplos, constata-se que, mesmo não sendo chamadas de bruxas, comportavam de modo similar: trazem para a esfera pública a expressão de sua sexualidade, seu papel social fora do ambiente privado, conquistaram posições econômicas e sociais e, por isso, foram julgadas, em vida e/ou não, por suas atitudes heréticas aos ideais impostos pelo Estado misógino. Ainda que não jogadas na fogueira, as políticas de Estado, a sociedade e os violadores, jogaram-nas em uma fogueira simbólica, incendiada pelas mídias digitais, que as representam infinitamente sobre um olhar que as apaga enquanto corpos que representam resistências, ideais e conquistas. O julgamento público das vítimas, não só através do judiciário, segundo dados do próprio Conselho Nacional de Justiça, formado majoritariamente por homens brancos, católicos e heterossexuais¹⁶, mas da própria sociedade, que, como visto nas análises, julgam para além do crime cometido contra elas, questões de uma moralidade utópica a elas impostas.

Suas condenações perpetuam-se em uma rápida busca nas plataformas digitais, que vinculam seus nomes, rostos e corpos ao de seus violadores, da violência e do descaso judicial que escancara os mecanismos reguladores do ser mulher. Minimiza-se toda uma vida a apenas o momento da morte ou da violação, transformando-as em “casos” exemplares, assim como foram feitos os corpos incinerados das bruxas de séculos atrás. Trazer uma análise crítica desse apagamento, identitário e semântico, das questões que fundem ao cotidiano é um dos modos encontrados por milhares de feministas que enxergam e tentam fazer enxergar o nome dessas bruxas modernas como símbolo de luta contra o Estado que dizima aqueles que ousam resistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Shirlei. JULGAMENTO DE INFLUENCER MARIANA FERRER TERMINA COM TESE INÉDITA DE ‘ESTUPRO CULPOSO’ E ADVOGADO HUMILHANDO JOVEM. The Intercept Brasil, 11 de mar. 2020. Disponível em <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em 19 abr. 2021.

¹⁶ De acordo com o levantamento “Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros 2018”. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a18da313c6fdbcb6f364789672b64fcef_c948e694435a52768cbc00bda11979a3.pdf. Acesso em 09 de ago. de 2021.

AMARAL, L., FLECK, G. As bruxas da América Latina: memórias das cicatrizes. Revell- Revista de Estudos Literários da UEMS, v.3, n. 20, dez. de 2018. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/3158> Acesso em 13 abr. 2021.

BERTHO, Helena. Os algoritmos estão ajudando a criar novos machistas? AZMina. 08 de out. de 2019. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/os-algoritmos-estao-ajudando-a-criar-novos-machistas/>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

CARVALHO, Carlos Alberto de;; CHAGAS, Isabelle; COELHO, Dalila; PRATES, Patricia, Violência contra mulher em portais de notícias: (des)continuidades narrativas na cobertura jornalística. In: ANTUNES, Elton; CARVALHO, Carlos Alberto de; LEAL, Bruno Souza (org.). Um problema cotidiano: Jornalismo e violência contra a mulher no Brasil. Belo Horizonte: eDoc Brasil, 2020. p.117 - 138. Disponível em <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/um-problema-cotidiano/>. Acesso em 07 ago. 2021.

DOSSIÊ FEMINICÍDIO. Agência Patrícia Galvão, [S.I.]. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/#cuidados-com-revitimizacao-e-discriminacoes>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da Mídia: modos de educar na (e pela) TV. Educação e Pesquisa, São Paulo, V.28. N.1, p. 153. jan. de 2012.

GOOGLE. Maximizar o acesso à informação. [S.I.]. Disponível em <https://www.google.com/intl/pt-BR/search/howsearchworks/mission/open-web/>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

KOLINSKI MACHADO; Felipe Viero; SILVA, Jussara de Souza Lima da. Porque nem toda feiticeira é corcunda: sentidos sobre o ser bruxa/ser mulher em filmes infantis e infantojuvenis. Intertexto, Porto Alegre. n. 52, jan./dez. 2021.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. O Martelo das Feiticeiras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

JORNAL USP. Saiba por que usuários do Google não passam da página um. 2018. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/saiba-por-que-usuarios-do-google-nao-passam-da-pagina-um/>. Acesso em 16 abr. 2021.

SAYURI, Juliana. A ‘caça às bruxas’ no Brasil. E a atualidade da expressão. Nexo, 25 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/25/A-%E2%80%98ca%C3%A7%C3%A0s-bruxas%E2%80%99-no-Brasil.-E-a-atualidade-da-express%C3%A3o>. Acesso em 13 abr. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 73-102, 2000.

WIKIPÉDIA. Boas vindas à Wikipédia. [S.I]. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em 19 abr. 2021.